

OBRAS PASTORAIS E DOUTRINÁRIAS
DO MUNDO IBÉRICO

LIBRO DE LAS CONFESIONES

Pablo Martín Pietro
**Universidad Complutense de
Madrid**

*O ensino da fé cristã na Península Ibérica
(sécs. XIV, XV e XVI)*



Obras Pastorais e doutrinárias do mundo ibérico

Libro de las Confesiones

Para citação e referência:

MARTÍN PIETRO, Pablo. “Libro de las Confesiones.” In: TEODORO, Leandro Alves (Org.).

O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV, XV e XVI). Banco de dados (Online). 2020. Disponível em:

Consulta em: XX/ XX/XXXX

VERBETE

Entre os tratados de confissão em língua vernácula da Espanha baixo medieval, o Livro das Confissões, de Martín Pérez, destaca-se como o único que, por seu rigor e amplitude, se aproxima das *summae confessorum* latinas coetâneas, mesmo que com um caráter menos acadêmico e mais ameno do que estas. No prólogo, o autor inclui-se no grupo de “nós, os clérigos e religiosos e prelados”, porém, por vários indícios se supôs sua pertença, mais especificamente, ao clero secular (com mais indícios, do reino de Leão e possivelmente do salmantino). A obra que nos ocupa atesta um alto nível de formação cultural de seu autor, dotado de verdadeira competência técnica como canonista (bem integrado com a tradição da escola bolonhesa), embora o que está no prólogo reflita a censura de seus adversários, no sentido de que ele poderia ser “mestre presunçoso e nunca discípulo”, o que propõe como hipótese plausível a possibilidade de que ele não tenha alcançado graus acadêmicos que ele próprio poderia reivindicar em resposta a essa acusação (GARCÍA ET ALII 2002, p. 78).

O rigor com que ele administra as citações das fontes pertinentes para o seu propósito permite concordar com a data que o próprio Martín Pérez dá para a segunda parte de seu trabalho – o ano de 1316 –, com o intervalo sugerido pela cronologia dessas fontes: com efeito, Martín Pérez cita o Livro VI, de Bonifácio VIII (promulgado em 1298) e as Constituições, de Clemente V (promulgadas no Concílio de Viena, 1311-1312) como “novo direito”, mas ainda não o faz como parte da coleção canônica Clementinas, promulgada por Juan XXII em 1317, que estabelece o intervalo entre 1312 e 1317, perfeitamente compatível com a datação mencionada na segunda parte pelo mesmo autor, de 1316 (GARCÍA ET ALII 2002, pp. 80-81).

A excelente edição crítica de Antonio García *et alii* foi feita sem notícia de algum manuscrito que contenha a obra completa, mas comparando as leituras de um total de dez manuscritos (de um total de catorze que são conhecidos, alegando estarem perdidos quatro desses quatorze): especificamente, quatro manuscritos contendo toda a primeira parte da obra (Biblioteca do Real Monastério do Escorial, ms. &.II.11; Biblioteca da Colegiata de São Isidoro de Leão, ms. 23; Biblioteca Nacional (Madrid), ms. 9264; e Biblioteca da Fundação Lázaro Galidiano (Madrid), ms. 713), mais dois contendo a segunda parte inteira, (Biblioteca de la Colegiata de São Isidoro de Leão, ms. 21 e Biblioteca da Fundação Lázaro Galdiano, ms. 713 – compartilha volume com a primeira parte), e outros dois, enfim, que contêm a terceira parte completa (Biblioteca Colombina e do Cabildo Catedral de Sevilla, mss. 7-4-2 y 7-4-3), aos quais devemos adicionar pequenos fragmentos em dois outros códices: Biblioteca do

Monastério de Montserrat, ms. 1076 e Biblioteca do Cabildo Catedral de Toledo, ms. 1-9. A obra, portanto, é composta de um prólogo e três partes, com o conteúdo dividido em capítulos ou seções sob rubricas agrupadas em tabelas no início de cada parte.

O prólogo começa com uma invocação à Divindade, que é seguida pelo *incipit* com uma explicação do título, intenção e caráter da obra, que seu autor deseja apresentar como feita para utilidade dos “clérigos minguados de ciência”, e que ele chama de livro “mendigado dos livros de direito e das Escrituras, que [...] são riqueza e convivência da sabedoria”, dos quais em seu tratado ele acredita que apenas “uma pobre partezinha” está contida.

Trata-se de um protesto de humildade habitual em uma obra escrita em língua vernácula, consciente de suas limitações, mas sobretudo, da relação de subordinação que esses livros mantinham na época em relação à esfera de maior prestígio e autoridade da literatura latina. Em seguida, o prólogo alude (preventivamente?) aos críticos em potencial como se fossem mordidos pelo “dente contaminado” da “inveja”, aos quais pede Martín Pérez para que não queiram empanturrar-se “nas pobres obras, feitas para aqueles que se encontram famintos e minguados, e buscam as migalhas que caem das mesas daqueles que são ricos nas letras”. Suplica, assim, ao leitor, que não deprecie a modéstia de seu livro, que vê como “esta pequena esmola” para o benefício (em uma bela imagem realista) daqueles que vão restolhar os campos já colhidos da sabedoria, para tirar proveito do que foi deixado sem coleta. Martín Pérez não discute as opiniões adversas daqueles “faladores que me chamam de mestre presunçoso e nunca de discípulo”, protesta sua boa intenção e pede para ser recebido, “se não como um discípulo da verdade”, ao menos “como aquele que anuncia o vinho, que favorece muitos e não recebe honra de seu ofício”. Esta comparação serve a um propósito duplo: por um lado, deixa clara a intenção do autor de se ater como fiel expositor do magistério da Igreja, sem vontade de inovar sua doutrina; por outro, apresenta-nos as qualidades de seu estilo rico, flexível, imaginativo e cheio de interesse. Na continuação do prólogo, Martín Pérez descreve a estrutura da obra e introduz seu método de colocar as autoridades que ele segue em glosas marginais; convida seus leitores a tirar proveito de seu livro para evitar o pecado; sugere aos confessores como eles podem utilizar a obra, selecionando do conteúdo aquilo que seja conveniente para as confissões, e usando o resto também para pregar, admoestar e ensinar os fiéis; não esquece de advertir sobre a necessidade de adicionar ao livro à medida que o magistério da Igreja passasse por inovações, por exemplo para introduzir novos casos de excomunhão: com isso, está apontando uma questão de profundidade crucial, como é o acordo e a correspondência da lei da Igreja com a lei de Deus, sendo esta clara e imutável, enquanto a primeira – a lei da Igreja – deve ser ajustada, com

o tempo, para as novas maneiras de pecar que encontram os homens.

A Parte I trata dos “pecados comuns a todos os estados”, e constitui um tratado muito completo, bem concebido e explicado, de ajustada e atualizada técnica jurídico- canônica. Começa com uma explicação sobre cinco casos em que é conveniente confessar novamente o que já foi confessado; segue-se uma dissertação exaustiva sobre a excomunhão (55 casos de excomunhão maior e 7 casos de excomunhão menor), com a maneira de sentenciá-la e absolvê-la, mais precisões sobre os casos em que procede a privação de sepultura aos pecadores.

O corpo principal desta primeira parte é constituído de questionários para confessores e explicações jurídico-canônicas detalhadas com toda a necessária casuística muito bem ordenada, a propósito de pecados como luxúria, avareza (incluindo detalhes úteis sobre roubos, esmolas, dívidas, heranças, impostos, usura), cobiça, soberba (“que é desobediência”, o que permite aplicá-la a cada um dos mandamentos), hipocrisia, vanglória, jactância, contenda, presunção, acídia ou preguiça (referida à negligência em relação aos artigos de fé, obras de misericórdia e sacramentos), inveja, sanha ou ira e glotonaria ou gula. Também se encontram nesta primeira parte indicações sobre os pecados da língua (como mentir e descobrir segredos), casos de escândalo (voluntário e involuntário) e votos (como são feitos e dispensados).

Na parte II, Martín Pérez reúne a matéria sobre “pecados especiais de alguns estados designados”, como os de clérigos e prelados, analisando detalhadamente os casos de impedimento e suspensão que podem afetá-los, bem como muitas peculiaridades de sua condição, como seus costumes de mesa e hábitos, benefícios, ofícios vedados e outras circunstâncias, como mulheres com quem é lícito conviver; também dedica bastante atenção, nesta segunda parte, à matéria do sacrilégio e às circunstâncias e condições para o confessor e o pregador. Em seguida, ainda nesta segunda parte, aparece a representação ordenada pelas condições e ofícios daqueles a quem um confessor recebe no sacramento da penitência, da sociedade (secular) da época; e, assim, lida com os pecados mais próprios e habituais dos reis, senhores e cavaleiros, juízes, alcaides e outros agentes da justiça, escribas, advogados e procuradores, doutores e mestres, físicos (médicos), prostitutas, histriões, menestréis, agricultores, oficiais e capatazes dos senhores, gentes de serviço, pastores, açougueiros, padeiras, moleiros, taberneiras (justamente com essa distribuição de sexos), destacando por seu bom conhecimento e delicada casuística o que indica sobre os diferentes tipos de profissões relacionadas ao comércio: mercadores variados, regateiros, mascates, cambistas, corretores, etc. Termina esta parte com algumas indicações técnicas sobre a maneira de fazer a confissão (por exemplo, em relação aos enfermos).

A Parte III é um tratado claro e bem ordenado sobre "o matrimônio e os outros sacramentos", que começa com a definição, número e explicação geral dos sacramentos, com seus significados e efeitos. A propósito da exposição do primeiro deles, o batismo, estabelece um paralelismo entre sacramentos da Velha e da Nova Lei. Logo aparecem explicações detalhadas sobre a confirmação, a Eucaristia, a penitência (desenvolvendo em uma breve síntese outro pequeno tratado prático de confissão), a unção dos enfermos, as ordens sagradas (menores e maiores) e o matrimônio, ao qual Martín Pérez dedica tratamento detalhado, incluindo aspectos como os tipos de impedimentos ao mesmo e a questão dos filhos legítimos.

A evidente motivação pastoral desta obra notável não deixa em segundo plano o enorme interesse que tem para o quadro moral que vai construindo, com verdadeira amenidade, riqueza e naturalidade de estilo, e dotes de observação de toda a sociedade de seu tempo, o que, indiretamente, ajuda muito a conhecê-la. Pela obra de Martín Pérez desfilam em curta sucessão as motivações ocultas (esquadrinhadas com grande requinte psicológico), comportamentos reprováveis e grandes ou ínfimas misérias de gentes de toda condição: desde o rei, os prelados e grandes senhores até os criados e mendigos, passando por todos os ofícios, do notário e do comerciante ao fazendeiro e ao menestrel, retratados com detalhe suculento fruto da observação pessoal e penetração do julgamento de um bom conhecedor das almas. Redatado como se fosse dirigido ao seu leitor- interlocutor em segunda pessoa (o confessor, o penitente, qualquer leitor), o livro de Martín Pérez une assim, a sua utilidade prática e a sua erudição pontual (dissimulada pela modéstia do autor), uma saborosa dimensão como documento de seu tempo, servida por uma forma de escrever simples, natural e direta, mas que em algumas ocasiões, como indicam seus editores modernos, pela originalidade de algumas comparações incomuns e por seu senso de humor, ele alcança o status de "um verdadeiro estilista" (GARCÍA ET ALII, 2002: 79).

Possivelmente, essas qualidades de estilo, porém ainda mais sua utilidade prática e excelente construção, ajudaram o Livro das Confissões de Martín Pérez a conhecer uma importante difusão. Consta que circulou muito no século XV, entre curas e beneficiados da Coroa de Castela (contribuindo esta difusão, como um fator a mais, para manter a peculiaridade do clero secular hispânico baixo medieval afastado da familiaridade com as letras latinas). Uma versão castelhana abreviada (Real Academia da História, Madrid, ms. 9/2179) mais manejável e acessível do que a obra original, bastante volumosa, é testemunho dessa grande circulação em Castela. Na opinião de Antonio García (GARCÍA ET ALII, 2002: 89-93), deveria haver outras cópias dessa versão resumida, cujo vestígio é percebido, sobretudo, indiretamente, como um livro lido, usado e amplamente conhecido. É muito interessante que da obra original tenha sido

feita uma versão completa em português, muito fiel e literal, que é apresentada como a tradução feita pelo monge Stephanus de Alcobaça e datada de 1399. Desta tradução portuguesa, que também circulou muito, dois manuscritos são conservados da primeira e da terceira parte (Biblioteca Nacional, Lisboa, ms. Alcob. 377 e 378, mais alguns fragmentos da terceira parte em *ibid.*, ms. Alcob. 213). É razoável supor que a versão portuguesa também incluísse a segunda parte, que aparece como muito citada, e talvez precisamente “se perdeu porque foi a mais usada” (GARCÍA ET ALII, 2002: 86). Dom Duarte testemunhou a esta obra de Martín Pérez sua estima real em seu *Leal conselheiro*, e seu irmão, o infante Dom Fernando, pediu, em 1431, uma cópia ao monastério de Alcobaça. Esta aceitação que a obra de Martín Pérez teve também em Portugal aproxima sua difusão de uma dimensão pan-hispânica.

Palavras-Chave: Tratado de Confissão, Protesto de Humildade, penitências, Castela, Portugal.

Pablo Martín Pietro
Universidad Complutense de Madrid

VERBETE

Entre los tratados de confesión en lengua vernácula de la España bajomedieval destaca el Libro de las confesiones de Martín Pérez como el único que, por su rigor y amplitud, se acerca a las *summae confessorum* latinas coetáneas, aun con un carácter menos académico y más ameno que éstas. En el prólogo, el autor se incluye en el grupo de “nos, los clérigos e religiosos e prelados”, pero por varios indicios se ha supuesto su pertenencia, más en concreto, al clero secular (por más señas, del reino de León y posiblemente salmantino). La obra que nos ocupa testimonia un alto nivel de formación cultural en su autor, dotado de verdadera competencia técnica como canonista (bien integrado en la tradición de la escuela boloñesa), si bien el que en el prólogo recoja el reproche de sus adversarios, en el sentido de que pudiera ser “presunpcioso maestro e nunca discípulo”, plantea como hipótesis plausible la posibilidad de que no hubiera alcanzado grados académicos que él mismo pudiera alegar en respuesta a esta acusación (GARCÍA ET ALII 2002, p. 78).

El rigor con que maneja las citas de las fuentes pertinentes para su propósito permite acordar la fecha que el mismo Martín Pérez da para la segunda parte de su obra – el año 1316 – con el intervalo sugerido por la cronología de esas fuentes: en efecto, Martín Pérez cita el Libro VI de Bonifacio VIII (promulgado en 1298) y las Constituciones de Clemente V (promulgadas en el Concilio de Vienne, 1311-1312) como “derecho nuevo”, pero no lo hace todavía como formando parte de la colección canónica Clementinas, promulgada por Juan XXII en 1317, lo que da un intervalo entre 1312 y 1317, perfectamente compatible con la referida datación de la segunda parte por su mismo autor, en 1316 (GARCÍA ET ALII 2002, pp. 80-81).

La excelente edición crítica debida a Antonio García *et alii* se ha hecho sin noticia de manuscrito alguno que contenga la obra completa, pero comparando las lecturas de un total de diez manuscritos (de un total de catorce de que se tiene noticia, dándose por perdidos cuatro de estos catorce): en concreto, cuatro manuscritos conteniendo entera la primera parte de la obra (Biblioteca del Real Monasterio de El Escorial, ms. &.II.11; Biblioteca de la Colegiata de San Isidoro de León, ms. 23; Biblioteca Nacional (Madrid), ms. 9264; y Biblioteca de la Fundación Lázaro Galidiano (Madrid), ms. 713), dos más conteniendo entera la segunda parte (Biblioteca de la Colegiata de San Isidoro de León, ms. 21 y Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, ms. 713 – comparte volumen con la primera parte), y otros dos, en fin, que contienen completa la parte tercera (Biblioteca Colombina y del Cabildo Catedral de Sevilla, mss. 7-4-2 y 7-4-3), a

lo que hay que añadir pequeños fragmentos en otros dos códices: Biblioteca del Monasterio de Montserrat, ms. 1076 y Biblioteca del Cabildo Catedral de Toledo, ms. 1-9. La obra, así pues, se compone de un prólogo y tres partes, con el contenido dividido en capítulos o secciones bajo rúbricas agrupadas en tablas al comienzo de cada parte.

El prólogo se abre con una invocación a la Divinidad, a la que sigue el íncipit con una explicación del título, intención y carácter de la obra, que su autor desea presentar como formada para utilidad de los “clerigos menguados de sçiençia”, y que llama libro “commo mendigado de los libros del derecho e de las Esçripturas [...] do es riqueza e complimiento de sabiduria”, de la que en su tratado sólo cree que se contiene “alguna pobre partezilla”. Se trata de una protesta de humildad habitual en una obra escrita en lengua vernácula, consciente de sus limitaciones, pero sobre todo de la relación de subordinación que en la época tales libros mantenían respecto de la esfera más prestigiosa y autorizada de la literatura latina. A continuación, el prólogo alude (¿preventivamente?) a los potenciales críticos como mordidos por el “diente aponçoñado” de la “invidia”, a la cual pide Martín Pérez que no quiera cebarse “en las obras pobres, fechas para los que se fallan fanbrientos e menguados, e buscan de las migajas que caen de las mesas de los que son ricos de letras”. Suplica, así, al lector, que no desprecie la modestia de su libro, que ve como “esta poca alimosna” para beneficio (en bella imagen realista) de los que van a rastrojar los campos ya cosechados de la sabiduría, por aprovecharse de lo que quedó sin recoger. Martín Pérez no discute las opiniones adversas de aquellos “dizidores que me dizen presunçioso maestro e nunca disçipulo”; protesta de su buena intención y pide ser recibido, “si non commo a discipulo de la verdat”, al menos “commo a aquel que pregona el vino, que faze pro a muchos e non reçibe honra de su oficio”. Esta comparación sirve a un doble propósito: de un lado, deja claro la intención del autor de atenerse como fiel expositor al magisterio de la Iglesia, sin voluntad de innovar su doctrina; de otro, nos introduce en las cualidades de su estilo rico, flexible, imaginativo y lleno de interés. En la continuación del prólogo, Martín Pérez describe la estructura de la obra e introduce su método de poner las autoridades que sigue en glosas marginales; invita a sus lectores a tomar provecho de su libro para evitar el pecado; sugiere a los confesores cómo pueden utilizar la obra, seleccionando del contenido lo que sea conveniente para las confesiones, y usando el resto también para predicar, amonestar y enseñar a los fieles; no olvida advertir la necesidad de adicionar el libro a medida que el magisterio de la Iglesia vaya innovando, por ejemplo para introducir nuevos casos de excomunión: con ello, está señalando una cuestión de crucial profundidad, como es el acuerdo y correspondencia de la ley de la Iglesia con la ley de Dios,

siendo ésta clara e inmutable, en tanto la primera – la ley de la Iglesia – se debe ir ajustando, con el tiempo a las nuevas maneras de pecar que hallan los hombres.

La Parte I trata de los “pecados comunales a todos los estados”, y constituye un tratado muy completo, bien concebido y explicado, de ajustada y actualizada técnica jurídico-canónica. Se abre con una explicación sobre cinco casos en que conviene volver a confesar lo ya confesado; sigue una exhaustiva disertación sobre la excomunión (55 casos de excomunión mayor y 7 de excomunión menor), con la manera de sentenciarla y absolverla, más precisiones sobre los casos en que procede la privación de sepultura para los pecadores. El cuerpo principal de esta primera parte lo constituyen los cuestionarios para confesores y detalladas explicaciones jurídico-canónicas, con toda la casuística necesaria muy bien ordenada, a propósito de pecados como: lujuria, avaricia (incluyendo precisiones útiles sobre hurtos, limosnas, deudas, herencias, impuestos, usura), codicia, soberbia (“que es desobediencia”, lo que le permite aplicarla a cada uno de los mandamientos), hipocresía, vanagloria, jactancia, contienda, presunción, acedia o pereza (referida a negligencias en relación con los artículos de fe, obras de misericordia y sacramentos), envidia, saña o ira y gargantería o gula. También se hallan en esta primera parte indicaciones sobre los pecados de lengua (como mentir y descubrir secretos), casos de escándalo (voluntario e involuntario), y sobre los votos (cómo se hacen y dispensan). En la Parte II, Martín Pérez reúne la materia sobre “pecados especiales de algunos estados señalados”, como los de los clérigos y prelados, analizando pormenorizadamente los casos de impedimento y suspensión que les pueden afectar, así como bastantes particularidades de su condición, como sus costumbres de mesa y hábito, beneficios, oficios vedados y otras circunstancias, como las mujeres con las que les es lícito convivir; dedica también bastante atención en esta segunda parte a la materia del sacrilegio y a las circunstancias y condiciones para el confesor y el predicador. Seguidamente, dentro aún de esta segunda parte, figura la representación ordenada, por condiciones y oficios de aquellos a los que un confesor recibe en el sacramento de la penitencia, de la sociedad (seglar) de la época; y así, trata de los pecados más propios y habituales de los reyes, señores y caballeros, de jueces, alcaldes y otros agentes de la justicia, escribanos, abogados y procuradores, doctores y maestros, físicos (médicos), prostitutas, histriones y juglares, labradores, oficiales y capataces de los señores, gentes de servicio, pastores, carniceros, panaderas, molineros, tabernerías (precisamente con este reparto de sexos), destacando por su buen conocimiento y delicada casuística lo que indica sobre distintos tipos de profesiones relacionadas con el comercio: mercaderes varios, regateros, buhoneros, cambistas, corredores, etc. Termina esta parte con algunas indicaciones técnicas sobre la

manera de hacer la confesión (por ejemplo, en relación con la de los enfermos).

La III Parte es un tratado claro y bien ordenado sobre “el matrimonio e los otros sacramentos”, que principia con la definición, número y explicación general de los sacramentos, con su significado y efectos. A propósito de la exposición del primero de ellos, el bautismo, establece un paralelismo entre sacramentos de la Vieja y de la Nueva Ley. Vienen luego detalladas explicaciones sobre la confirmación, la eucaristía, la penitencia (desarrollando en síntesis apretada otro pequeño tratado práctico de confesión), la unción de enfermos, las sagradas órdenes (menores y mayores), y el matrimonio, al que Martín Pérez dedica un tratamiento detallado, incluyendo aspectos como los tipos de impedimentos al mismo, y la cuestión de los hijos legítimos.

La motivación pastoral evidente de esta obra notable no deja en un segundo plano el enorme interés que tiene en punto a la pintura moral que va haciendo, con verdadera amenidad, riqueza y naturalidad de estilo, y dotes de observación, de toda la sociedad de su tiempo, que así, indirectamente, ayuda mucho a conocer. Por la obra de Martín Pérez desfilan en apretada sucesión las motivaciones ocultas (escudriñadas con gran finura psicológica), comportamientos reprobables y grandes o ínfimas miserias de gentes de toda condición: desde el rey, los prelados y grandes señores hasta los criados y mendigos, pasando por todos los oficios, del notario y el mercader al labrador y el juglar, retratados con jugoso detalle fruto de la observación personal y penetración de juicio de un buen conocedor de las almas. Redactado como dirigiéndose en segunda persona a su lector- interlocutor (el confesor, el penitente, cualquier lector), el libro de Martín Pérez une así, a su utilidad práctica y a su puntual erudición (disimulada por la modestia del autor), una sabrosa dimensión como documento de su tiempo, servida por una forma de escribir sencilla, natural y directa, pero que en algunas ocasiones, como indican sus modernos editores, por la originalidad de algunas comparaciones inusuales y por su sentido del humor, alcanza la talla de “un verdadero estilista” (GARCÍA ET ALII, 2002: 79).

Posiblemente, estas cualidades de estilo, pero más todavía su utilidad práctica y excelente construcción, ayudaron a que el Libro de las confesiones de Martín Pérez conociera una importante difusión. Consta que circuló mucho en el siglo XV, entre curas y beneficiados de la Corona de Castilla (contribuyendo esta difusión, como un factor más, a mantener la peculiaridad de un clero secular hispano bajomedieval alejado de la familiaridad con las letras latinas). De esta gran circulación en Castilla es testimonio una versión castellana abreviada (Real Academia de la Historia, Madrid, ms. 9/2179), más manejable y asequible que la obra original, bastante voluminosa. A juicio de (GARCÍA ET ALII, 2002: 89-93), debió haber otras

copias de esta versión abreviada, cuya huella se percibe sobre todo indirectamente, como libro leído, usado y conocido ampliamente. Es muy interesante que de la obra original se hiciera una versión completa en portugués, muy fiel y literal, que se presenta como traducción hecha por el monje Stephanus de Alcobaça y fechada en 1399. De esta traducción portuguesa, que asimismo debió circular mucho, se conservan sendos manuscritos para las partes primera y tercera (Biblioteca Nacional, Lisboa, ms. Alcob. 377 y 378, más unos fragmentos de la tercera parte en *ibid.*, ms. Alcob. 213). Es razonable suponer que la versión portuguesa incluía también la segunda parte, que consta como muy citada, y tal vez precisamente “se perdió porque fue la más usada” (GARCÍA ET ALII, 2002: 86). Don Duarte testimonió a esta obra de Martín Pérez su real estima en su Leal conselheiro, y su hermano el infante Don Fernando pidió en 1431 una copia al monasterio de Alcobaça. Esta aceptación que la obra de Martín Pérez tuvo también en Portugal acerca su difusión a una dimensión propiamente panhispánica.

Palabras-clave: Tratado de confesión, protesta de humildad, penitencias, Castilla, Portugal.

Pablo Martín Pietro
Universidad Complutense de Madrid

Bibliografía

Edição:

GARCÍA Y GARCÍA, A; ALONSO RODRÍGUEZ, B.; CANTELAR RODRÍGUEZ, F. (ed.) **Martín Pérez. Libro de las confesiones. Una radiografía de la sociedad medieval española** (ed. crítica, introducción y notas: A. García y García, B. Alonso Rodríguez, F. Cantelar Rodríguez). Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.

Referências:

GARCÍA Y GARCÍA, A. **Estudios sobre la canonística portuguesa medieval**. Madrid, Fundación Universitaria Española, 1976, pp. 201-217.

_____. “El *Libro de las confesiones* de Martín Pérez en Portugal.” In: **Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno**. Vol. 1. Porto: Fac. Letras da Univ. do Porto-Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 219-224.

PARDO, H. Un “manuel de confession” du XVe siècle: introduction et transcription. Memoire de DEA Univ. Paris- Nord (Paris-XIII), Paris, 1986.

ANTUNES, J. “O livro das confissões de Martim Pérez na tradução portuguesa”, **Estudios sobre el Libro de las confesiones de Martín Pérez**, Salamanca, 1988, pp. 151-166.

Trecho traduzido e modernizado

O confessor deve saber se o pecador deve confessar o que confessou.

Quando alguém vier a ti para confessar regularmente, quero dizer, aquele que nunca confessou contigo, pergunta-lhe se faz tempo que confessou. Depois pergunta-lhe se houve esforço naquela confissão, ou seja, se está com a consciência acertada e assossegada com ela. E se disser que não, pois lhe aflige a consciência, é porque não confessou bem ou porque não se recorda bem de como ocorreu, e deve confessar tudo outra vez. E se te disser que se importa e serve aquela confissão que fez em outro tempo, saiba se há algum caso que convém outra vez confessar o confessado. E estes casos são cinco.

Autor do documento: Martín Perez

Título do documento: Libro de las Confesiones

Data de Composição: 1316

Lugar de composição ou impressão: Castela

Imagem: Mss/9264

Biblioteca Nacional de España.

B. 95

Primo dize saber el ofeso si es el pecado de ofensa lo confesado

quando alguno buenome an confesion
 muestra dize que gono degn q nuca to
 nro ofeso. **¶** Pero al si q se ofeso
 depues perual si se ofensa en aquella
 ofesion gono degn si esta la ofensa ofesegida
 a ella a si dize q no ale remueve la ofen
 na q no se ofeso bre. **¶** q no se acuerda ya bre de
 como pudo confiese se en begada del todo. **¶**
 si dize q cuada al a ple aqlla ofesion q or
 fue sabe cu si ay alg dlos casot enq ouene on
 uigada a ofesa. lo ofesado i estot son cinco casot
¶ El pmo es si el pecado dya en la pma ofesio
 q no cuenta mallice de se par de otra pma ofesio
 est o de alg dlos. **¶** o de nro. **¶** oral confesion como
 no d vus uunere tal pecado a pena uadadasi
 aqll unino ofesa se ofesa q de pmo a ofeso se
 auer de dlos peccat dize algunos deca pto q aple
 q digna a si. **¶** Si no. **¶** buen salade uol qmre peccat
 uol bre. **¶** ofesado q yo se por la mi gra maldar
¶ como for q al tpo no me arrepenti como dep
 uol dlos. **¶** Ca no me podia par de peccat enq
 el diablo me ponia pto. **¶** Agora gras adios q me
 pdomo q me ofo oludai arrepienre me de ados
 los mis peccat i qero me dlos pto fiand bla
 gra de dios q me andana. **¶** uol foror acor
 dar uol dlos ofesado por q me podides dar. se
 to en dlos i dero uol ofesai los q depues se p
 mo q bre dize estot dnores mas segu dize o es no
 es seguro. **¶** Ca qui no se dero pto de peccat no
 of bre arrepienre. **¶** q a buen no se arrepienre no
 confesa adios bre sus peccat a los peccat no a
 nostros nuca bre ofesados. **¶** por unte este tal
 peccat. aqll dei q se ofesa si qer al vno si qer

